

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.582.367 - SP
(2019/0272467-9)**

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : NILSON LARANJEIRAS
AGRAVANTE : ALEXSANDER LARANJEIRAS
ADVOGADO : RODRIGO ARGENTINO - SP224329
AGRAVADO : ITAÚ VIDA E PREVIDÊNCIA S.A
ADVOGADOS : DARCIO JOSE DA MOTA - SP067669
INALDO BEZERRA SILVA JUNIOR - SP132994
TATIANA LUIZA DE ANDRADE CALDEIRA - SP277981

DECISÃO

Em virtude das razões expostas na petição de fls. 302/307, reconsidero a decisão (e-STJ, fls. 298/299) proferida pela Presidência do Superior Tribunal de Justiça, que negou seguimento ao agravo interposto por NILSON LARANJEIRAS E OUTRO ante a ausência de impugnação específica, razão pela qual passo a examinar o recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fls. 218/219):

APELAÇÃO. SEGURO DE VIDA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ALEGAÇÃO DA SEGURADORA DE QUE A CONTRATANTE OMITIU DOENÇA PREEXISTENTE. MORTE DA SEGURADA. AUSÊNCIA DE PROVA DE QUE A SEGURADA, NA DATA DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, TINHA CONHECIMENTO DA DOENÇA QUE A VITIMOU. MÁ-FÉ QUE DEVE SER PROVADA.

ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. SOLUÇÃO QUE NÃO DEMANDA PRODUÇÃO DE OUTRAS PROVAS QUE NÃO A DOCUMENTAL. JULGAMENTO ANTECIPADO CABÍVEL NO CASO. QUESTÃO PRELIMINAR REJEITADA. RECURSO DA EMBARGANTE IMPROVIDO. As questões postas ao crivo do Magistrado de primeiro grau cingiam-se, preponderantemente, a matéria de direito, sendo que mesmo os aspectos fáticos da demanda estavam suficientemente elucidados, prescindindo, assim, da reclamada dilação probatória.

APELAÇÃO. SEGURO DE VIDA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ALEGAÇÃO DA SEGURADORA DE QUE A CONTRATANTE OMITIU DOENÇA PREEXISTENTE. MORTE DA SEGURADA. AUSÊNCIA DE PROVA DE QUE A SEGURADA, NA DATA DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, TINHA

CONHECIMENTO DA DOENÇA QUE A VITIMOU. MÁ-FÉ QUE DEVE SER PROVADA.

RECURSO DA EMBARGANTE IMPROVIDO. O Código Civil, mais precisamente nos artigos 765 e 766, ordena aos contratantes a mais estrita boa-fé e veracidade, quando da confecção do contrato.

Assim, se o segurado não faz declarações verdadeiras e completas, e omite certas informações terá como consequência o perdimento do direito ao valor do seguro. Todavia, para se atribuir má-fé ao segurado e afastar a obrigação da seguradora de efetuar o pagamento da indenização contratada, deve ficar provado que o contratante, na época da avença, sabia ser portador da doença que acabou por vitimá-lo, o que, não ficou provado nestes autos. Importante assentar que a boa-fé deve ser presumida e a má- fé provada.

APELAÇÃO. SEGURO DE VIDA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. MORTE DA SEGURADA. JUROS DE MORA A PARTIR DA CITAÇÃO. RECURSO DOS EMBARGADOS IMPROVIDO. Os juros de mora sobre o valor da indenização devem se dar a partir da citação, pois foi quando a seguradora foi efetivamente constituída em mora e a pretensão é fundada em responsabilidade contratual, nos termos do artigo 405 do Código Civil.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 232/235).

Nas razões de recurso especial, os recorrentes alegam violação dos artigos 240 do Código de Processo Civil/2015 e 397 do Código Civil, bem como dissídio jurisprudencial.

Sustentam que o termo inicial dos juros de mora, nas ações de execução extrajudicial, é a data do inadimplemento da obrigação, ou seja, a data da negativa de cobertura.

Contrarrazões apresentadas às fls. 263/267 (e-STJ), pelo não provimento do recurso especial.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

O Tribunal de origem, ao julgar a apelação, entendeu que o termo inicial para contagem dos juros moratórios é a data da citação, "*pois foi quanto a seguradora foi*

efetivamente constituída em mora e a pretensão é fundada em responsabilidade contratual, nos termos do artigo 405 do Código Civil" (e-STJ, fl. 226).

A citada conclusão está em harmonia com a jurisprudência adotada neste Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que "nas ações que buscam o pagamento de indenização securitária, os juros de mora devem incidir a partir da data da citação da seguradora, visto se tratar de eventual ilícito contratual" (AgRg no REsp 1.328.730/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/6/2016, DJe 28/6/2016).

No mesmo sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO AO RESSARCIMENTO DO MONTANTE DA RESERVA TÉCNICA JÁ FORMADA. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA.

1. Os valores da cobertura de seguro de vida devem ser acrescidos de correção monetária a partir da data em que celebrado o contrato entre as partes. Precedentes.

2. Os juros de mora devem fluir a partir da citação, nos termos do artigo 406, após a entrada em vigor do novo Código Civil (11.1.2003).

3. Embargos de declaração acolhidos, para sanar a omissão.

(EDcl no AgRg no AgRg no Ag 1.320.229/MG, desta relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 20.10.2015, DJe 28.10.2015)

AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO DE COBRANÇA. INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE SEGURO DE VIDA EM GRUPO. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL.

1.- Consoante orientação pacificada da Segunda Seção, nas ações de cobrança de indenização securitária, por se tratar de descumprimento de obrigação contratual, os juros de mora são devidos a partir da citação, na forma do que dispõe o art. 406 do Código Civil.

2.- Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.376.837/PR, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19.11.2013, DJe 5.12.2013.)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a

Superior Tribunal de Justiça

quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo e os benefícios da gratuidade judiciária, caso concedida.

Intimem-se.

Brasília, 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora